



PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Travão em grandes obras públicas frustra expectativa de advogados

Manifestos à parte, nos escritórios de advocacia fala-se em expectativas adiadas, mas também em trabalho que não se perde

Em ano de legislativas, já era expectável que alguns projectos não avançassem, diz Bernardo Ayala.

Sendo apenas um adiamento, o trabalho preliminar não fica comprometido, diz Gonçalo Tavares.

JOÃO MALTEZ
 jmaltez@negocios.pt

Razões políticas e manifestos à parte, entre alguns dos assessores jurídicos com experiência nas chamadas parcerias público-privadas (PPP) há quem considere que o “travão” colocado em algumas das grandes obras anunciadas nesta legislatura poderá, no actual contexto económico, provocar impactos negativos sobre a chamada advocacia de negócios. Há ainda quem fale em frustração pelas expectativas de trabalho que ficaram adiadas. Contudo, a ideia comum entre os advogados contactados pelo **Negócios** é que os projectos de vulto terão continuidade com o próximo Governo e que, por isso, o trabalho jurídico já feito não vai cair em “saco roto”.

“Estes projectos exigem uma dedicação intensiva de recursos, muitas vezes com sacrifício pessoal dos advogados, pelo que é sempre algo frustrante não se poder ver o resultado do trabalho que foi objecto de tanto empenho”, evidencia Manuel Protásio, do escritório Vieira de Almeida & Associados (VdA). No mesmo tom, Duarte Abecasis – da Cuatrecasas, Gonçalves Pereira – sustenta que o “adiamento” deste tipo de projectos tem repercussões diferentes, “conforme os respectivos procedimentos já estejam ou não abertos”.

Ou seja, nos casos em que os processos estão em curso haverá, pelo menos, “uma desmobilização das equipas criadas, para as afectar a outros dossiês”. Já quando os projectos não sejam lançados, “adiam-se expectativas de trabalho”.

Gonçalo Guerra Tavares, associado principal da Rui Pena, Arnaut & Associados (RPA), evidencia, por seu turno, que deixar em “standby” projectos com a dimensão das grandes obras anunciadas nesta legislatura, como o TGV ou o novo Aeroporto de Lisboa, “principalmente

tendo em conta a actual conjuntura económica, poderá ter algum impacto para as sociedades de advogados”. Impacto que estende, com naturalidade, a todos os outros prestadores de serviços ligados a estes projectos.

Neste âmbito, Pedro Melo, sócio de PLMJ, admite que possa haver “reafectação” interna das pessoas que mais se têm dedicado à área em apreço, no âmbito do direito público. No entanto, não antecipa “prejuízos”, tendo em conta, no caso da sociedade a que pertence, outras assessorias jurídicas em curso ao nível do ambiente, urbanismo e ordenamento do território.

Repartição faseada das receitas

Em ano de legislativas, o facto de alguns projectos de maior envergadura não avançarem de imediato já era expectável, defende Bernardo Dinis de Ayala, sócio da Uriá Menéndez. Na sua perspectiva, tal não é necessariamente negativo, uma vez que o faseamento gradual possibilita mesmo “uma distribuição das receitas por prestação de serviços jurídicos pelos anos de 2009 e 2010”.

Se havia projectos, como o da alta velocidade, que já estavam em marcha e com concursos públicos lançados, no caso do novo aeroporto de Lisboa, tal como evidencia Margarida Cabral, associada sénior da Morais Leitão, mesmo sem o travão político dificilmente avançaria na actual legislatura. Isto, porque o estudo de impacte ambiental associado a esta obra de grande envergadura ainda não foi concluído.

Lino Torgal, sócio da Sérvulo & Associados, admite que “o trabalho jurídico associado a estas obras públicas é importante”. Porém, recorrendo a uma opinião que é partilhada pelos demais, não deixa de concluir que o trabalho entretanto produzido “pode ser reaproveitado mais tarde”.



Obras públicas | Com ou sem manifestos, os advogados acreditam que c



Miguel Baltazar



ro Governo reatará os grandes projectos.

PROTAGONISTAS

ADVOGADOS FACE AO ADIAMENTO DE GRANDES PROJECTOS PÚBLICOS



Margarida Cabral diz que a falta de estudo de impacto ambiental já era um travão ao novo aeroporto.



Manuel Protásio admite que "é frustrante não se poder ver o resultado do trabalho".



Duarte Abecasis considera que, em alguns casos, podem ser adiadas "expectativas de trabalho".



Lino Torgal sustenta que apesar do adiamento das obras o trabalho jurídico não é desperdiçado.

PARCERIAS

Crédito está menos fácil em projectos de vulto

Projectos de envergadura, como o TGV, poderão ser retomados quando um novo Governo tomar posse, pois mais do que razões de ordem política, aquilo que efectivamente está a colocar problemas aos consórcios que querem concorrer às grandes obras públicas é a dificuldade de acesso ao financiamento, sustenta Luís Branco, sócio do escritório de advocacia Moraes Leitão, Galvão Teles, Soares da Silva.

O mesmo advogado, que classifica o trabalho de elaboração das operações de parcerias público-privadas como projectos "muito 'engraçados' e verdadeira engenharia jurídica", lembra que, especialmente nas obras mais exigentes em termos financeiros, o acesso ao crédito está particularmente difícil.

"Hoje, é o próprio Banco Europeu de Investimento que está a ajudar, assumindo o risco dos projectos", evidencia Luís Branco.

José Luís Moreira da Silva, sócio da Sociedade de Advogados Rebelo de Sousa, que recentemente venceu o concurso público para assessorar a Estradas de Portugal na gestão do dossiê concessões rodoviárias, sublinha a enorme pressão que há sobre o sistema bancário no actual contexto económico.

"Normalmente, estes projectos eram feitos com dois ou três bancos. O que se tem verificado é que tem sido necessário recorrer a uma maior quantidade de instituições. Há sindicatos bancários com dez entidades. Muitos deles não muito habituados a estas operações e que, por isso, têm levantado problemas", evidencia Moreira da Silva.

A situação torna-se mais complicada sobretudo porque são vários os concursos que estão a decorrer ao mesmo tempo, sejam os relativos à construção das auto-estradas do Centro e do Pinhal Litoral ou as novas barragens, sejam, posteriormente, a alta velocidade e o novo aeroporto de Lisboa.

"São vários concursos ao mesmo tempo. São centenas e centenas de milhões de euros. Os bancos não têm dinheiro para tanta coisa", evidencia Moreira da Silva. **JM**